

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Aliados de Temer colhem fracasso nas urnas	2
Título: Combustível	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: » De olho.	4
Título: Lucro das companhias se descola da economia	6
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: Situação de estatais é desafio para próxima equipe econômica.....	7
Título: Com alta de combustíveis, risco de IPCA acima da meta entra no radar	8
Título: Lei do subsídio ao diesel agrada importadores	10
Título: IGP-DI subiu 0,68% em agosto, projetam analistas	12
Título: Crise hídrica no país com a maior reserva de água doce do mundo	13
Título: Governança corporativa das estatais.....	15
Título: Destaques	18
Título: Chinesa SPIC estuda mais investimentos e moderniza usina	18

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 08/10/2018**Seção:** Poder**Autor:****Título:** Aliados de Temer colhem fracasso nas urnas

Políticos que defenderam impeachment de Dilma Rousseff também tiveram resultados ruins em disputas nos estados

Brasília - Aliados do presidente Michel Temer e defensores do impeachment de Dilma Rousseff (PT) fracassaram nas urnas neste domingo (7).

As apurações pelo país, que ainda não tinham terminado até a conclusão desta edição, mostravam que ex-ministros do governo do emedebista e pessoas de sua confiança não conseguiram vagas para os cargos aos quais estavam concorrendo.

Henrique Meirelles (MDB), ministro da Fazenda até o início do ano e candidato a presidente pelo partido de Temer, foi derrotado, como já mostravam as pesquisas, apesar de seu investimento do próprio bolso de R\$ 54 milhões na campanha —Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) estão no segundo turno.

Meirelles falou à noite, após o resultado, que não apoiará nenhum dos dois e que prefere "a independência".

Em Pernambuco, por exemplo, dois ex-ministros de Temer, Mendonça Filho (DEM), que comandou a pasta da Educação, e Bruno Araújo (PSDB), das Cidades, não conseguiram se eleger para o Senado.

Ambos se destacaram no movimento para derrubar a petista, em 2016, mas perderam para Humberto Costa (PT) e Jarbas Vasconcelos (MDB).

O petista, inclusive, foi um dos defensores da então presidente e conseguiu a reeleição.

O líder maior do impeachment, Eduardo Cunha (MDB), também fracassou em sua estratégia eleitoral neste ano.

Preso em Curitiba (PR), ele tentou emplacar sua filha, Danielle Cunha, à Câmara dos Deputados, mas não conseguiu —ela teve pouco mais de 13 mil votos no Rio de Janeiro.

Personagem importante do governo Temer, Rogério Marinho (PSDB), relator da reforma trabalhista na Câmara, recebeu recursos de vários empresários (arrecadou no total R\$ 1,6 milhão), mas era apenas o 12º candidato a deputado federal mais votado no Rio Grande do Norte até as 21h145.

Ataídes Oliveira (PSDB) que foi um dos mais importantes políticos na defesa de Temer durante a CPI da JBS, também está fora do Senado.

O tucano, de Tocantins, foi presidente da comissão que ajudou o emedebista a se manter no cargo, levantando problemas no processo de delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista, que instaurou uma grave crise política do governo.

Sarney Filho (PV), no Maranhão, também não conseguiu a vaga ao Senado. Os escolhidos no estado foram Weverton (PDT) e Eliziane Gama (PPS), que deixaram de fora também Edison Lobão, do partido de Temer, senador há décadas.

A apuração indicava ainda que o atual presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), não conseguiria se reeleger.

Com 97% das urnas apuradas, ele era o terceiro colocado na disputa pelas duas cadeiras de seu estado, o Ceará. Cid Gomes (PDT) e Eduardo Girão (Pros) estavam como preferidos.

Rodrigo Maia (DEM), atual presidente da Câmara, conseguiu destoar do ritmo dos aliados de Temer. Até a conclusão desta edição, quando ainda não havia acabado a contagem no Rio de Janeiro, ele já tinha mais votos do que em 2014 e estava eleito.

Os mais fiéis aliados do presidente, Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**, não concorreram a nenhum cargo.

Carlos Marun (Secretaria de Governo), um dos principais defensores do governo, Blairo Maggi (Agricultura), Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia), Alexandre Baldy (Cidades) também não se candidataram nesta eleição.

CM, FF e RB

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 08/10/2018****Seção:****Autor: Mônica Bergamo****Título: Combustível**

A Petrobras realizou testes que mostram que o campo de Mero, localizado a 180 km da costa do Rio, tem o maior poço produtor de petróleo do país. Segundo a companhia, o local pode produzir 58 mil barris por dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/10/2018****Seção:****Autor: Camila Turtelli Clarice Couto Gustavo Porto****Título: » De olho.**

Coluna do broadcast agro

Dias depois de divulgar uma análise sobre usinas de etanol de milho, o Rabobank observou forte interesse de produtores no assunto: 40 quiseram participar de teleconferência sobre o tema, no fim de setembro. Pelos cálculos do Rabobank, a receita obtida com 1 hectare de milho poderia ser 90% maior com a venda do grão combinada com a de etanol e coprodutos do combustível. “Quando a cotação do grão estiver baixa, o produtor pode usar a capacidade máxima da usina para produzir etanol; quando o milho estiver com preço bom, opta pela venda do grão”, explica Victor Ikeda, analista de grãos do Rabobank.

» Menos cana.

A Usimat, principal usina de Mato Grosso a produzir etanol com cana-de-açúcar ou milho, pretende priorizar, aos poucos, o cereal no processamento, por questões econômicas e operacionais. Ao mesmo tempo, a companhia trocará lavouras de cana pelas de eucalipto, cuja madeira será utilizada para a geração de energia elétrica na unidade térmica, em substituição ao bagaço.

» Fichas.

O Grupo São Martinho aposta em soluções digitais para triplicar a produção dos canaviais até 2020 – hoje, há capacidade para moer até 24 milhões de toneladas de cana por ano. A empresa acaba de comprar 1.700 computadores de bordo da Hexagon, líder global em soluções de tecnologia da informação, que serão instalados em todas as máquinas agrícolas do grupo e substituir os sistemas anteriores. Com eles, o São Martinho adotará novos recursos de agricultura de precisão nas operações de campo. “O principal desafio tecnológico da companhia é otimizar os processos para reduzir perdas”, explica Walter Maccheroni Junior, assessor de Tecnologia da São Martinho.

» (Con)Fusão.

Ministro da Agricultura e um dos maiores empresários rurais do País, Blairo Maggi discorda da ideia de Jair Bolsonaro (PSL) de fundir os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, proposta do candidato que trouxe o apoio de ruralistas à sua campanha. A assessores, Maggi avaliou que as agendas das Pastas são diferentes e precisam de diálogo, mas não em ministério único.

» Mais aquecido.

As vendas de consórcios do Banco do Brasil para tratores e caminhões utilizados na agropecuária atingiram R\$ 307 milhões nos oito primeiros meses do ano, alta de 28,5% ante igual período de 2017. O setor é apontado pela instituição como um dos destaques nesse modelo de aquisição de veículos. As vendas totais de consórcios do BB, na mesma base de comparação, avançaram menos, ou 21%, para R\$ 7 bilhões.

» Luz no túnel.

A saga dos atoleiros na BR-163, principal via de transporte de grãos do Centro-Oeste ao Pará, pode estar próxima do fim. Os 38 quilômetros sob responsabilidade do Exército com pavimentação inicialmente prevista para 2019 já passaram por obras de terraplanagem e drenagem, diz Edeon Vaz Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró Logística, da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). Eles estão no conhecido “Trecho Moraes Almeida”, em Itaituba (PA). “O que vai ficar para o ano que vem não trará problema de trafegabilidade”, afirma.

» São Pedro.

Ferreira acredita que os outros 37 quilômetros sem asfalto, entre os distritos de Bela Vista do Caracol, no município de Trairão (PA), e de Santa Rita, em

Itaituba, serão pavimentados ainda em 2018 pela empresa encarregada da obra, a Agrienge. “Vai depender da chuva”, enfatiza.

COLABOROU NAYARA FIGUEIREDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/10/2018

Seção:

Autor:

Título: Lucro das companhias se descola da economia

A saúde financeira das empresas ainda não transbordou para a atividade econômica. No segundo trimestre, o lucro das companhias de capital aberto avançou 22% na comparação com o mesmo período do ano passado (excluindo Petrobrás e Eletrobrás), segundo a Economatica.

O total, de R\$ 26 bilhões, é mais do que as empresas lucraram no ano passado inteiro (mesmo incluindo as duas estatais). Na contrapartida, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou praticamente estagnado no período, com avanço de 0,2% ante o primeiro trimestre do ano e alta de 1% na comparação com 2017. O consumo das famílias ficou estável (0,1%), pressionado pelo ainda elevado desemprego e também pela greve dos caminhoneiros, que elevou a inflação.

“Esse descolamento acontece porque o ajuste das empresas não se deu por aumento de receita, o que indicaria aumento do consumo, mas por redução de despesas – além da queda dos juros, que derrubou os gastos das companhias com a dívida”, explica Piellusch, da FIA. Segundo levantamento do professor, do segundo trimestre do ano passado para o mesmo período em 2018, as despesas das empresas cresceram num ritmo menor que a receita – 7% ante 12%. Além disso, a despesa financeira, com a queda da Selic, recuou 21%.

Dividendos x investimento.

Outro ponto observado pelos analistas é a freada dos investimentos à espera da definição eleitoral. Como não investem, as companhias distribuem os lucros aos investidores– o que parece uma boa notícia, mas esconde grande cautela.

“No momento de muita incerteza, a empresa distribui dividendo acima do normal”, diz Carlos Heitor Campani, da Coppead/UFRJ. Foi o que aconteceu em 2018. Segundo levantamento da Economatica, nos últimos 12 meses até julho, a

média do ganho dos acionistas com dividendos e juros sobre capital próprio foi a maior desde 2010.

A.C.P. e J.A.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Situação de estatais é desafio para próxima equipe econômica

O próximo governo terá entre os desafios na área econômica a busca por soluções para a situação financeira de até 15 estatais federais. Técnicos do governo estão preocupados com o risco de empresas como Eletrobras, Correios, Infraero e Telebras serem obrigadas a recorrer aos cofres da União para pagar despesas como as de pessoal. Isso poderia tornar as companhias dependentes do Tesouro Nacional, o que agravaria a situação das contas públicas do país.

Das 138 estatais federais, atualmente 91 são consideradas de controle indireto por serem subsidiárias de empresas como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As 47 restantes são as companhias de controle direto - dentro desse grupo estão as 18 que já figuram como dependentes. Ou seja, que já recebem recursos da União para pagar despesas com pessoal ou custeio. Na avaliação de técnicos do Tesouro, mais 15 companhias correm o risco integrar esse grupo por terem registrado um número negativo na rubrica de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) em algum exercício nos últimos três anos.

Segundo os técnicos, medidas para diminuir despesas e elevar receitas já têm sido adotadas. No entanto, defendem, é necessário que esse processo tenha continuidade para que riscos de aporte do Tesouro sejam reduzidos.

Entre as medidas já adotadas pela atual equipe econômica para mitigar o risco de que mais estatais virem dependentes do Tesouro, estão o desinvestimento de ativos não estratégicos, a implementação de planos de demissão voluntária (PDV) e a aprovação do decreto para dar mais celeridade ao processo de liquidação dessas empresas.

Além disso, outro instrumento que poderá sanar as condições financeiras de estatais é um projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso que cria o Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME), que é interpretado pelos técnicos como uma espécie de "recuperação judicial" de estatais.

O objetivo do PRME é fazer com que as empresas melhorem seus indicadores de receitas e despesas em um processo que pode durar até quatro anos. Ao final desse período, a situação da empresa seria reavaliada e a estatal poderia ser reclassificada como dependente ou não. Caso permaneça em situação ruim, seria dada uma destinação que pode incluir a privatização, a abertura de capital ou até mesmo a liquidação da companhia.

Atualmente, as empresas dependentes de recursos orçamentários já têm forte restrição financeira e não há interesse do governo para que esse número seja elevado. De 2009 a 2017, as subvenções do Tesouro - ou seja, repasses financeiros da União destinados à cobertura de despesas com pessoal e custeio - passaram de menos de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 14,6 bilhões.

Os custos do Tesouro nas estatais somaram, entre aportes e subvenções, quase R\$ 20 bilhões em 2017, enquanto o valor devolvido aos cofres públicos em forma de dividendos foi de apenas R\$ 7,7 bilhões.

A avaliação dos técnicos é que essa "taxa de retorno" não agrada, embora reconheçam que há benefícios gerados por certas companhias que não podem ser mensurados financeiramente de forma direta, casos de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ou de projetos para concessões de infraestrutura da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Entre as empresas observadas de perto pelo governo, está a Eletrobras, estatal que mais teve números negativos no Ebitda nos últimos três anos. Em 2017, registrou um número negativo de R\$ 1,7 bilhão nessa rubrica em 2017. O governo espera que o processo de privatização da companhia aconteça no ano que vem. Em outras, por outro lado, é observada evolução. Nos Correios, por exemplo, os indicadores registram melhora após cortes de gastos.

A situação das estatais dependentes vem sendo acompanhada pelo governo também porque elas retiram verbas que seriam destinadas a outras iniciativas - já que elas estão sujeitas ao teto de gastos. Por isso, o crescimento da necessidade de recursos para elas impacta o Orçamento dos ministérios aos quais estão subordinadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição | De São Paulo

Título: Com alta de combustíveis, risco de IPCA acima da meta entra no radar

Uma taxa de inflação pouco acima da meta este ano entrou no radar de alguns economistas diante do impacto dos reajustes dos derivados de petróleo provocados pela desvalorização do câmbio e pelo aumento da cotação do barril no mercado internacional. Na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou a 0,48% em setembro, após queda de 0,09% em agosto. Em 12 meses, acumulou alta de 4,53%. A meta para 2018 é de 4,5%.

Nada muito preocupante por ora. Mas não deixa de ser notável que dias antes do início da greve dos caminhoneiros, em maio, a mediana das expectativas do mercado para o IPCA tinha chegado à mínima do ano, em 3,45%.

Em setembro, o dado um pouco acima do esperado provocou ajustes para cima em algumas previsões. O Itaú Unibanco aumentou a projeção para o ano de 4,1% para 4,5%, citando a expectativa de alta do petróleo e do repasse da alta do dólar para os preços ao consumidor. "A maior parte do ajuste ocorreu na projeção para os combustíveis, em razão da revisão para o preço do barril do petróleo no fim do ano (de US\$ 72 para US\$ 85 o tipo Brent). A depreciação recente na taxa de câmbio vem afetando, de forma mais rápida e intensa, o resultado dos índices de preços no atacado e pode exercer alguma pressão adicional na inflação ao consumidor nos próximos meses", afirmou a instituição, em nota. Por causa do petróleo, a projeção de alta da gasolina no ano subiu de 12% para 19%.

André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), vê uma taxa maior, de 4,7%. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) entende que a alta dos administrados - combustíveis, energia elétrica etc. - não dá mais espaço para um IPCA abaixo da meta e estima 4,6%. A LCA elevou a estimativa de 4,3% para 4,4%, mas não descarta um aumento adicional na projeção, a depender do câmbio.

O dólar, que disparou em setembro, mas no início de outubro devolveu a alta, é um dos elementos-chave das projeções, embora o repasse seja limitado pela grande ociosidade da economia e do mercado de trabalho. Por enquanto, seu impacto mais evidente tem sido nos derivados de petróleo. Metade (0,24 ponto) do avanço do IPCA de setembro deve-se aos combustíveis, especialmente à gasolina. Em 12 meses, a gasolina é a principal influência, responsável por 0,81 ponto da alta de 4,53%, seguida pela energia elétrica (0,71 ponto).

O câmbio também afeta alguns alimentos, como farinha de trigo e pão francês, mas seu efeito sobre os preços livres é limitado. Há alguns sinais de alta, contudo.

É o caso dos chamados produtos comercializáveis - que podem ser negociados com o mercado externo. Segundo André Braz, do Ibre-FGV, esses itens estão em aceleração, o que mostra o impacto do câmbio em uma cesta de produtos mais extensa. Em 12 meses, eles passaram de queda de 1,24% no IPCA de junho para alta de 3,03% no mês passado, segundo cálculo do economista.

"Se o câmbio mantiver o atual patamar [em torno de R\$ 3,90], o impacto pode ser mitigado. Mas, se voltar a ficar acima de R\$ 4,1, poderá haver um repasse maior", afirma Braz, para quem os dados disponíveis até agora confirmam um IPCA acima de 4,5% neste ano. A despeito disso, ele acredita que o Banco Central vai manter a Selic em 6,50% até o fim de 2018.

Ainda não há efeitos significativos da alta do dólar em bens duráveis e eletroeletrônicos. "Seus preços dependem mais de emprego, renda e crédito", diz Braz.

Para o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, o atual cenário da inflação continua confortável, mas a perspectiva de curto prazo piorou "ligeiramente" por causa do câmbio. A valorização do real nos últimos dias mitigou os riscos para os preços e a ociosidade da economia dá ao Banco Central certo conforto.

"Apesar disso, há um risco crescente de o BC começar a normalizar gradualmente a política monetária antes do final do ano", afirmou. A volta da alta dos juros ainda em 2018 será mais provável se o dólar voltar a subir influenciado tanto por pressões externas quanto pela eleição presidencial no Brasil, diz.

Para Fabio Romão, economista da LCA Consultores, há uma janela para taxas mais altas no IPCA neste último trimestre, a depender da eleição. A LCA estima inflação de 4,4% no ano, mas o número pode ser revisado. "Para outubro, estimamos uma aceleração a 0,54%. Depois disso, a inflação está em aberto. Vai depender do câmbio, que está em parte ligado ao desfecho da eleição", diz. A estimativa para a inflação do mês é de 0,53%. Além da continuidade de alta nos combustíveis, a consultoria projeta aceleração nos grupos alimentação e bebidas, vestuário e saúde e cuidados pessoais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Lei do subsídio ao diesel agrada importadores

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sergio Araújo, elogiou a Lei 13.723, que regulamenta a concessão de um subsídio de R\$ 0,30 para o óleo diesel até 31 de dezembro, e vê condições de uma retomada das importações privadas. A subvenção é prevista na antiga Medida Provisória 838, tornada lei quinta-feira pelo presidente Michel Temer.

A lei estabelece que os preços de referência considerem a paridade de importação e as margens de lucro dos agentes. Também prevê pagamento pelos estoques de diesel das distribuidoras comprados antes da greve dos caminhoneiros, em maio.

No "Diário Oficial" de sexta um despacho justificou os vetos aos artigos 12 e 13, de maio, por "inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público". O artigo 12 obrigava o "fornecimento de informações sobre sua política de formação de preços incluindo seus componentes e respectivos graus de participação, de comercialização às distribuidoras de combustíveis, segmentados por ponto de comercialização, produto e demais condições relevantes".

Já o artigo 13 previa que caberia à Agência Nacional do Petróleo divulgar "periodicamente relatório com análise da política de formação de preços de comercialização de combustíveis às distribuidoras de combustíveis praticada pelos agentes de mercado" nos termos do artigo 8º da Lei 9.478/97.

"Na nossa visão, essa lei é muito boa. Gostaria que tivesse sido publicada até antes, porque dá uma tranquilidade para que a ANP possa publicar preços de referência que contemplem de fato a paridade de importação e a margem de lucro, o que é compatível com os riscos da atividade de importação", disse Araújo.

Os importadores da Abicom só receberam cerca de 15% de pagamento pelas vendas com preço subsidiado, e com isso ainda têm a receber cerca de R\$ 131 milhões. Segundo Araújo, esses recursos estão "fazendo uma falta enorme no caixa das nossas empresas". Ele espera ainda que a liberação dos dados fiscais feitos pela Secretaria de Fazenda de São Paulo, a única que faltava, ocorra nesta semana.

Sobre os vetos, Araújo defendeu a divulgação dos preços de referência por ponto de entrega, mas não a fórmula de preços. "Existe uma linha tênue entre regulamentar e intervir numa atividade econômica. Acho que a ANP tem que atuar porque temos no mercado um agente dominante com muita força", disse. "A agência tem que estar atenta, mas se passar do ponto vira intervenção."

A regulamentação tratada na Lei 13.723 não tem relação direta com a minuta de resolução nº 20, da ANP, que sugeriu obrigar empresas com mais de 20% do mercado a detalharem informações sobre a formação do preço dos derivados, gás e biocombustíveis. A dúvida agora é como a ANP vai lidar com os vetos, já que defendia a abertura dos preços para dar mais transparência aos mercados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição | De São Paulo

Título: IGP-DI subiu 0,68% em agosto, projetam analistas

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) deve acelerar de 0,68% em agosto para 1,60% em setembro, de acordo com a média das projeções de 19 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data. O intervalo das projeções das instituições consultadas vai de alta de 1% a 1,74%.

Em 12 meses, o indicador deve acumular alta de 10,1%, o que seria a primeira taxa de dois dígitos desde agosto de 2016, quando subiu 11,27%.

A Fundação Getulio Vargas (FGV) divulga o índice nesta segunda-feira.

Os IGPs, indicadores de inflação em que o atacado possui maior peso (60%) - mais 30% do varejo e 10% da construção civil -, têm sido afetados pelo forte aumento do dólar em relação ao real nos últimos meses. Preços de itens comercializáveis com o exterior, como soja e derivados e minério de ferro, e outros, como combustíveis, já têm sentido os efeitos do encarecimento da moeda americana.

Os índices de Preços ao Produtor (IPA) têm registrado o encarecimento das matérias-primas industriais e agrícolas usadas pela indústria. Para o consumidor, o impacto tem sido mais evidente nos preços dos combustíveis, especialmente os do diesel e da gasolina.

O IGP-M, indicador que antecede o IGP-DI, acelerou de 0,70% para 1,52% de agosto para setembro, puxado também pelo aumento dos combustíveis. O IPA-M saiu de alta de 1% para 2,2% entre agosto em setembro. Em 12 meses, o atacado do IGP-M subiu 10,04%, após marcar 8,29% no acumulado até agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/10/2018****Seção: Opinião****Autor: Rachel Biderman e André Ferretti****Título: Crise hídrica no país com a maior reserva de água doce do mundo**

Para o país que tem a maior reserva de água doce do mundo, o Brasil vem sofrendo secas demais. Só nos últimos anos, enfrentamos uma seca severa em São Paulo e em outros Estados do Sudeste, decretamos racionamento de água em Brasília e observamos perplexos à maior sequência de anos de seca registrada em um Nordeste já castigado por estiagens.

Tentamos solucionar essas crises da forma mais tradicional possível: com campanhas para a população economizar água, rodízios, racionamentos e obras de infraestrutura "cinza" - construção de canais, transposições e reservatórios. Essas soluções podem ter funcionado no passado, mas num cenário de mudanças climáticas agravado, não serão mais suficientes. O Sistema Cantareira é uma prova disso: poucos anos depois da crise hídrica de São Paulo, seus reservatórios voltaram a sofrer e hoje estão com apenas um terço da sua capacidade. Precisamos ser mais criativos se quisermos evitar crises piores.

Não que a infraestrutura tradicional, construída, deva ser descartada. Mas, ao lado dessas grandes obras de concreto e aço, podemos pensar em outro tipo de infraestrutura "verde e natural": as florestas e a vegetação nativa que ajudam a reabastecer lençóis freáticos, controlam a erosão do solo, evitam enchentes e garantem mais qualidade à água que abastece nossas cidades. Trata-se da 'infraestrutura' que a natureza nos oferece e está presente nas margens dos rios e reservatórios e localizadas em pontos específicos de bacias hidrográficas.

O primeiro passo para se ter uma infraestrutura natural eficiente é também o mais simples e barato: conservar as florestas ainda existentes. Os benefícios da conservação são bem conhecidos, como a regulação do clima, a melhor qualidade do ar, a renovação de nutrientes no meio ambiente, o provimento de água, a proteção da biodiversidade, a beleza cênica, a polinização, a manutenção da fertilidade e o controle da erosão dos solos, a provisão de recursos naturais e matérias-primas para a indústria.

Uma vez conservadas as florestas que ainda estão em pé, precisamos dar um passo além e começar a plantar florestas, porque em muitos mananciais elas não mais existem. A recuperação de vegetação nativa, o plantio de florestas e a revitalização de nascentes são cruciais para proteger os reservatórios. Isso não é

novidade e o poder público sabe bem dessa necessidade. Porém, falta um direcionamento adequado de recursos públicos para o reflorestamento.

A grande novidade dos mais recentes estudos no setor é mostrar que esse gargalo pode ser resolvido com capital privado ou com recursos de empresas de saneamento de capital misto. A melhor forma de convencer empresas que plantar florestas é um bom negócio é mostrar que as florestas não só produzem bens comuns para toda sociedade: elas também podem dar lucro.

Restaurar 4 mil hectares de florestas em áreas de pastagens suscetíveis à erosão geraria benefício líquido de US\$ 69 milhões

Em uma série de estudos que serão publicados nos próximos meses - começando agora em setembro com um trabalho voltado para o Sistema Cantareira -, procuramos fazer, para a infraestrutura natural, os mesmos cálculos que são feitos para uma obra convencional. Colocamos os custos, os ganhos, as taxas de desconto e o retorno de investimento no papel. Avaliamos os custos e benefícios de se plantar florestas para melhoria da qualidade e disponibilidade de água para as estações de tratamento.

Os resultados foram surpreendentes: restaurar 4 mil hectares de florestas em áreas atualmente ocupadas por pastagens com alta susceptibilidade à erosão geraria um benefício líquido de US\$ 69 milhões, poupando 210 mil toneladas de produtos químicos e quase 100 mil MWh de energia elétrica para tratamento de água. O retorno sobre investimento poderia atingir 28% para a empresa de abastecimento. Resultados igualmente animadores poderiam ser atingidos em outros sistemas, como no Guandu do Rio de Janeiro e Jucu na Grande Vitória.

Este é só um exemplo de como a infraestrutura natural pode prover ao mesmo tempo benefícios econômicos e ecológicos, protegendo nossos mananciais, reduzindo custos do tratamento de água e resultando em retorno para investidores. Entretanto, há outro ponto que ainda não é possível colocar na ponta do lápis: o quanto as florestas podem, ao mesmo tempo, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e ajudar a adaptar nossas cidades aos impactos do aquecimento global.

Apesar de incalculáveis, as consequências do desequilíbrio ambiental são perceptíveis no nosso dia a dia. Vemos episódios cada vez mais frequentes de populações sofrendo com eventos climáticos extremos - como tempestades violentas, secas extremas, ondas excessivas de calor ou frio, incêndios, furacões -, o que impacta diretamente na economia global e na qualidade de vida das pessoas.

Preservar e resgatar áreas verdes, além de minimizar os efeitos das alterações climáticas e proporcionar maior resiliência às comunidades diante dessas mudanças, permite que a água da chuva penetre e seja gradualmente armazenada no solo, garantindo a recarga do lençol freático e a maior disponibilidade de água com qualidade. Encontrar soluções e adotar políticas eficientes nessa direção são necessidades imediatas.

Investir na natureza vale a pena. Se não começarmos a pensar no componente verde da infraestrutura na hora de planejar as obras de saneamento, corremos o risco de continuar enfrentando crises hídricas de tempos em tempos. É hora de fazer jus ao título de país com a maior reserva de água doce do mundo. Plantando e conservando florestas, podemos fazer com que essa água seja usada da melhor forma: abastecendo nossas cidades, nossa produção agrícola e nossa população.

Rachel Biderman é diretora-executiva do WRI Brasil e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza.

André Ferretti é gerente de Economia da Biodiversidade da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e coordenador geral do Observatório do Clima

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2018

Seção: Opinião

Autor: Ernesto Lozardo

Título: Governança corporativa das estatais

Neste início de século, deparamo-nos com inúmeros escândalos e perdas patrimoniais de empresas públicas e privadas. Esses fatos têm sido objeto de estudos no tocante à organização corporativa e à natureza do mandato dos seus executivos e dos membros dos conselhos. O caso mais emblemático foi o colapso financeiro global e institucional causado pelo grupo norte-americano Lehman Brothers, o qual se tornou uma das maiores crises fiscais de todos os tempos.

Esse episódio foi fruto da frágil regulamentação do sistema de governança operacional dos bancos de investimentos norte-americanos. O método de premiação da performance dos executivos (o qual demandava a realização de lucro a todo custo para justificar os bônus de performance) conduziu as corporações e o sistema de financiamento à beira do abismo institucional. Foi necessária a emissão de quase US\$ 20 trilhões, entre 2008 e 2012, efetuada

pela maioria dos Tesouros e Bancos Centrais dos países desenvolvidos e emergentes. Esse foi o custo para se evitar o naufrágio do capitalismo e do sistema financeiro internacional.

A origem desses fracassos compõe-se de vários matizes, mas, essencialmente, trata-se da natureza da governança: não foram feitas avaliações constantes de riscos e das oportunidades de expansão, não houve clareza quanto às responsabilidades interativas entre os membros dos conselhos e os executivos e, sobretudo, não foi praticada, de forma efetiva, a ética corporativa.

Eficiência e eficácia das empresas estatais são características críticas à sustentação do desenvolvimento

A qualificação dos administradores é requisito essencial para o desempenho superior e sustentável das organizações, a centralidade da preparação dos conselhos para o desempenho de suas funções passou a ser mais evidente após a crise de 2008. Desde então, os conselhos de administração (CA) e fiscal (CF) vêm se configurando e expandindo para de fato assumirem responsabilidades sobre o desenvolvimento das estratégias, a supervisão de riscos e a antecipação das prováveis mudanças no ambiente de negócios com o intuito de preservar a boa governança. A inadequação do papel dos conselhos foi identificada como um dos principais fatores da crise financeira nos Estados Unidos, em 2008-2009.

Há de se entender que o papel e a importância das empresas estatais. Em geral, elas atuam em segmentos onde a iniciativa privada não atua por delimitações da natureza do negócio que envolve um bem público ofertado à sociedade. Importa saber o direcionamento estratégico da estatal, sua eficiência operacional e administrativa. Assim como um bom governo é crucial para a dinâmica do crescimento sustentável, a eficiência e eficácia das estatais são características críticas à sustentação do desenvolvimento. Nesse sentido, as estatais são organizações imprescindíveis para o progresso da nação e seus conselheiros consistem em recursos humanos críticos na vigilância do bom desempenho das suas atividades.

Após a crise de 2008, a comunidade empresarial e os governos nacionais e estrangeiros passaram a dar mais relevância à capacitação contínua dos membros dos conselhos e dos executivos para assegurar o bom desempenho de suas funções. Desde essa época, o Conselho de Administração (CA) e o Conselho Fiscal (CF) vêm se expandindo para, de fato, assumir responsabilidades sobre o desenvolvimento das estratégias, a supervisão de riscos e a antecipação das prováveis mudanças no ambiente de negócios com o intuito de preservar a boa governança. Esse atributo passou a ser fator-chave para o bom relacionamento entre a corporação e seus stakeholders (credores, fornecedores, trabalhadores, consumidores, sociedade, etc) e shareholders (acionistas).

No caso das empresas estatais brasileiras, diversos movimentos têm sido realizados com o propósito de robustecer a sua governança. A Lei de Responsabilidade das Estatais tem como um dos objetivos principais melhorar os padrões de governança nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista.

Pelo menos dois desafios devem ser enfrentados e superados pela nova política de governança em vigor. O primeiro, de natureza formal, diz respeito à efetivação, no âmbito de cada empresa, dos procedimentos e dos instrumentos determinados pela nova legislação, especialmente considerando a heterogeneidade multidimensional existente entre as estatais federais. O segundo, de natureza substantiva, remete à abrangência e à qualidade associadas à execução dos procedimentos e à gestão dos instrumentos, a fim de que estes contribuam realmente para o desenvolvimento de capacidades, a geração de resultados em termos financeiros e de políticas públicas e a efetividade da entrega de bens e serviços públicos à sociedade.

Persistem questões: como os conselhos das estatais nacionais responderão aos desafios? Como atrair e reter os quadros mais indicados para essas funções? Como equilibrar a necessidade de atuar de forma inovadora para assegurar a sustentabilidade das empresas e o atendimento às crescentes exigências dos órgãos de controle interno e externo?

As empresas estatais podem diferir das privadas no tocante à natureza do seu acionista majoritário, mas, em se tratando de organizações públicas, respondem aos seus stakeholders e shareholders da mesma forma que as empresas privadas. Nesse sentido, o papel do CA vem crescendo em importância na supervisão, nas deliberações estratégicas, no reposicionamento da empresa em face das mudanças concorrenciais e na criação de oportunidades que possibilitem melhores serviços ou produtos aos seus stakeholders.

Com esses propósitos, o Ipea, dentro das suas atribuições e excelência de avaliar e propor políticas públicas, inaugura um ciclo de conferências com vistas à criação de cursos de capacitação dos membros do CA e do CF. Isso para atender aos requisitos da Lei 13.303, a lei das estatais, em relação a importância e responsabilidades dos membros do CA e do CF das estatais brasileiras.

A nova governança das estatais visa assegurar que os procedimentos corporativos ocorram de forma eficaz e transparente, fundamentados em valores éticos e organizacionais das estatais.

Ernesto Lozardo é presidente do Ipea

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 08/10/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Hydro ganha aval do Ibama

O Ibama autorizou na sexta-feira, em caráter excepcional, que a refinaria de alumina Alunorte, do grupo norueguês Norsk Hydro, possa usar o filtro-prensa em seu depósito de rejeitos da produção da matéria-prima do alumínio, uma tecnologia nova e que a companhia julga ser mais segura. Esse era o grande impasse que levou à decisão de desligar temporariamente a refinaria, no Pará, e causou um efeito cascata que levaria também ao fechamento da mina de bauxita Paragominas e talvez da fundição da Albras, de alumínio. Utilizar essa tecnologia de tratamento dos resíduos permitirá, segundo a empresa, estender a vida útil do depósito de resíduos sólidos 1 (DRS 1), até que seja conquistada a licença do DRS 2 e essa bacia que contém os rejeitos possa ser descomissionada. O próximo passo, diz o comunicado da Hydro, será negociar com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará para que o filtro-prensa seja usado no DRS 1.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 08/10/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Chinesa SPIC estuda mais investimentos e moderniza usina

A State Power Investment Corporation (SPIC), uma das cinco maiores elétricas estatais da China, está preparando um amplo programa de modernização da hidrelétrica São Simão, que foi arrematada no fim do ano passado em um leilão de relicitação depois que a Cemig perdeu a concessão. Até janeiro, a chinesa vai concluir um estudo energético que vai verificar a possibilidade de instalação de uma sétima turbina na hidrelétrica, aumentando sua potência dos atuais 1.710 gigawatts (GW) para 1.995 GW.

A SPIC chegou ao Brasil depois de adquirir a americana Pacific Hydro, em operação concluída em abril de 2017. A elétrica já tinha 58 MW em dois parques eólicos instalados na Paraíba. Em setembro do ano passado, já atuando

como SPIC Pacific Hydro no Brasil, arrematou a concessão de São Simão por R\$ 7,2 bilhões.

A operação da hidrelétrica foi feita de forma compartilhada com a Cemig até maio deste ano, quando a SPIC assumiu definitivamente a operação, e passou a estudar como modernizar o ativo. Ao mesmo tempo, avalia crescer no Brasil por meio de aquisições e participação em leilões de energia nova, sempre com foco em rentabilidade e projetos de fontes renováveis.

"Esse é um grupo presente em 41 países e que vai investir para gerar 30 GW adicionais até 2020. O Brasil é uma das rotas desse investimento. Olhamos o país com potencial importante", disse Adriana Waltrick, diretora-geral da empresa no Brasil. Segundo informações em seu site, a SPIC tem hoje US\$ 113 bilhões em ativos e uma capacidade instalada superior a 100 GW de potência.

Enquanto avaliam oportunidades, o enfoque da companhia é a modernização de São Simão. "O estudo energético vai dizer se é possível repotencializar a usina com uma máquina adicional", disse Miguel Saad, diretor técnico e de operação e manutenção da SPIC Pacific Hydro Brasil.

Por enquanto, já foram feitos dois diagnósticos. O primeiro é o sistema de supervisão e controle da usina, que é muito antigo, uma vez que a hidrelétrica é de 1978. "A Cemig fez uma atualização inicial em 2002, mas está completamente fora do que se produz hoje no mercado", afirmou Saad. Segundo ele, a prioridade inicial é na troca desse sistema, pois é ele que emite sinais quando há algum problema ou alteração no funcionamento dos equipamentos da planta.

No início de janeiro, a companhia já deve lançar uma concorrência para contratar fornecedores para essa primeira melhoria. A ideia é usar os períodos em que as máquinas são paralisadas anualmente para manutenção programada para trocar os sistemas.

Outro diagnóstico já realizado é sobre a necessidade de troca dos transformadores elevadores (que transformam a tensão elétrica em energia). A licitação deve sair em meados do primeiro semestre do ano que vem. As trocas, contudo, ficarão para a segunda etapa da modernização.

Um projeto básico com toda a reforma ficará pronto até meados do segundo semestre de 2019, já com a definição sobre a instalação ou não de uma máquina adicional na hidrelétrica. Segundo Saad, pelas regras do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), apenas uma das máquinas da usina pode parar por ano, por um período de até 12 meses. Por isso, a expectativa é que toda a reforma seja feita em até nove anos.

A SPIC ainda não tem uma projeção do investimento necessário nessa reforma. Segundo Adriana, a tarifa da usina, que é alocada no regime "novo" de cotas, já prevê uma receita extra para melhorias, da ordem de R\$ 130 milhões por ano. "Mas vai depender de como o empreendedor enxerga o estado ótimo da hidrelétrica, pode ser um investimento maior ou menor que isso", completou a executiva.

O objetivo da modernização é garantir que a hidrelétrica atinja os melhores fatores de disponibilidade, evitando penalidades e revisões de sua garantia física.

Enquanto a reforma estiver em andamento, a SPIC pode participar de leilões de energia nova ano que vem, com projetos das fontes eólica e solar. "Temos projetos em locais próximos aos nossos parques, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, e também parcerias com desenvolvedores para irmos a leilões em 2019", disse Adriana. "Nosso acionista busca fundamento do negócio, e não volatilidade de câmbio e de demanda. Ele olha para tudo", disse.

A SPIC também negocia a aquisição da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO). Questionada sobre o andamento das conversas, Adriana não comentou, pois assinou um contrato de confidencialidade com os sócios.

MME / ASCOM .